



Otoniel Rodrigues Silva  
Raquel Lucas Mendes de Andrade  
Luiz Belmiro Teixeira

IX ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO  
BÁSICA

O estágio docente como espaço formativo: Para além da formalidade, a escola como  
universo complexo e interseccional

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO PARANÁ: A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO  
ENSINO MÉDIO NA ILHA DOS VALADARES

São Paulo  
2025



## POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO PARANÁ: A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NA ILHA DOS VALADARES

Otoniel Rodrigues Silva<sup>1</sup>  
Raquel Lucas Mendes de Andrade<sup>2</sup>  
Luiz Belmiro Teixeira<sup>3</sup>

### RESUMO

Este relato de experiência apresenta reflexões desenvolvidas durante os Estágios Supervisionados no Colégio Estadual Cidália Rebello Gomes, localizado na Ilha dos Valadares, em Paranaguá-PR. O objetivo foi compreender a cultura escolar e analisar os impactos das políticas educacionais recentes, com foco na implantação do Novo Ensino Médio (NEM). A pesquisa teve abordagem exploratória e descritiva, com base em revisão bibliográfica, observação de campo e entrevistas semiestruturadas. A análise fundamenta-se na crítica de Silva (2019) à reforma do ensino e na metodologia de Antônio Candido, voltada à sociologia da escola. A vivência no Colégio permitiu identificar obstáculos estruturais à aprendizagem, sobretudo após reformas. A oferta exclusiva do Ensino Médio no período noturno compromete o acesso à educação e a adequação ao novo modelo curricular. As entrevistas evidenciaram os efeitos da plataformização do ensino no Paraná, que limita a mediação docente e a autonomia pedagógica. Apesar das melhorias físicas, persistem desafios quanto à infraestrutura, uso de tecnologias e ampliação curricular. O estágio, ao possibilitar a imersão no cotidiano escolar, revelou que a prática docente vai além do planejamento e da sala de aula, abrangendo relações interpessoais, conflitos, limites institucionais e o compromisso com a comunidade. Assim, possibilita um espaço formativo essencial para compreender a escola em sua totalidade e complexidade.

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais, Novo Ensino Médio, Plataformização, Estágio, Paranaguá.

### INTRODUÇÃO

A Ilha dos Valadares, localizada na baía de Paranaguá, litoral do Paraná, destaca-se como uma importante área de preservação das tradições caiçaras e, simultaneamente, o maior bairro populacional do município. Suas terras pertenceram à União até 2021, quando foram oficialmente integradas ao município de Paranaguá. Até a década de 1990, o único meio de acesso à ilha era por embarcações, pois ela se encontrava separada do continente, sendo os

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC - SC, [otoniel.silva@ifpr.edu.br](mailto:otoniel.silva@ifpr.edu.br) / Homem, pardo, cisgênero, Pontal do Paraná - PR.

<sup>2</sup> Graduada em Ciências Sociais do Instituto Federal do Paraná - IFPR - PR, [raquel.lucamendes@gmail.com](mailto:raquel.lucamendes@gmail.com) / Mulher, parda, cisgênero, Pontal do Paraná- PR.

<sup>3</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR - PR. [luiz.teixeira@ifpr.edu.br](mailto:luiz.teixeira@ifpr.edu.br) / Homem, pardo, cisgênero, Curitiba- PR.

rios Itiberê e Correias as barreiras naturais. Durante muitos anos, a única conexão física com o continente era uma passarela destinada a pedestres, utilizada também por veículos oficiais, o que restringia o transporte e a mobilidade da população local (HALISKI; MENDES, 2017).

Uma mudança significativa ocorreu em 20 de setembro de 2024, com a inauguração de uma ponte que passou a conectar a ilha ao continente, permitindo o trânsito de veículos. Antes disso, para o deslocamento de veículos automotores os moradores dependiam de um sistema de balsas, cujo funcionamento estava condicionado ao nível do Rio Itiberê, muitas vezes dificultando o transporte conforme as variações nas condições do rio.

Nesse contexto, o Colégio Estadual Cidália Rebello Gomes desempenha um papel central na comunidade da Ilha dos Valadares, sendo a única instituição educacional da região a oferecer tanto o Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio. Fundada em 1926, a instituição passou por diversas transformações ao longo dos anos, refletindo as mudanças nas políticas educacionais brasileiras. Inicialmente designada Escola Mista de Valadares, em 1953 seu nome foi alterado para Grupo Escolar Valadares, posteriormente mudando para Grupo Escolar Cidália Rebello Gomes, em homenagem à sua primeira professora que resistiu e persistiu nas adversidades para lecionar na ilha. A instituição ocupa seu prédio atual desde 1973 e, em 2004, passou a oferecer o Ensino Médio de forma gradativa, sendo oficialmente reconhecida como Colégio Estadual Cidália Rebello Gomes - Ensino Fundamental e Médio, em 2005 (PPP, 2017).

A instituição atende estudantes da Ilha dos Valadares, oriundos de três escolas municipais e duas escolas particulares localizadas na própria ilha. A maioria dos pais e responsáveis pelos estudantes trabalham no continente, atuando em setores como comércio, serviços portuários, turismo e funcionalismo público. Além disso, alguns moradores da ilha ainda se dedicam à pesca artesanal e, em menor escala, a outras práticas artesanais, refletindo a preservação da tradição caiçara na região.

De acordo com as informações levantadas no decorrer dos estágios supervisionados, o Colégio Estadual Cidália Rebello Gomes possui 45 turmas distribuídas entre os turnos da manhã, tarde e noite. No período matutino, há 15 turmas de Ensino Fundamental, totalizando 576 estudantes matriculados. No turno vespertino, também há 15 turmas de Ensino Fundamental, com 360 matrículas. No período noturno, o colégio oferece duas turmas de Ensino Fundamental: o 8º ano, com 27 estudantes, e o 9º ano, com 36 estudantes. O Ensino Médio é ofertado somente no período noturno, contando com cinco turmas do 1º ano, somando 193 estudantes; quatro turmas de 2º ano, com 139 estudantes; e quatro turmas do 3º

ano, com 156 estudantes, totalizando 488 matrículas. O Colégio conta com 76 professores, que se revezam ao longo dos três turnos: manhã, tarde e noite.

A restrição na oferta do Ensino Médio, limitado ao período noturno, dificulta o acesso de jovens que preferem estudar durante o dia, forçando muitos a buscar instituições fora da ilha. Essa situação implica em deslocamentos longos, afetando o orçamento familiar e a qualidade de vida dos estudantes e, em alguns casos, contribuindo para o abandono escolar.

A diversidade de atividades econômicas dos responsáveis influencia a vida escolar dos estudantes, que, apesar da proximidade com o continente, enfrentam uma realidade própria da comunidade insular, onde as tradições locais e a dependência econômica do continente coexistem com o desenvolvimento educacional.

O debate em torno da função social da escola pública ganhou novos contornos diante da reestruturação do Ensino Médio, promovida pela Lei nº 13.415/2017. Essa reforma, ancorada no discurso de flexibilização e modernização, insere-se em um movimento mais amplo de reconfiguração das políticas educacionais orientadas pelos interesses do mercado. A centralidade do ensino técnico e a retirada de componentes formativos essenciais são compreendidas por alguns autores como indicativos de um possível esvaziamento da formação humanística e crítica dos estudantes. Nesse contexto, observa-se que o trabalho docente pode ser deslocado do centro do processo educativo, sendo, em certos casos, orientado por lógicas de desempenho e pelo uso de plataformas digitais. (ALMEIDA, 2022; SILVA, 2017).

Conforme o observado durante os Estágios Supervisionados I e II, realizados entre agosto de 2024 e janeiro de 2025, a realidade do Colégio é atravessada por desafios históricos como dificuldades estruturais, exclusão territorial e intensa relação com a cultura caiçara local. Esses elementos evidenciam a importância de considerar a formação docente a partir das mediações concretas da escola, compreendida conforme Bourdieu (1982), como espaço contraditório, permeado por disputas de sentidos, tensões políticas e resistências.

A pesquisa foi conduzida com base nas visitas, na escuta sensível aos sujeitos escolares e na análise crítica das práticas institucionais. Ancorada nos referenciais de Silva (2017; 2018) e na leitura da escola como espaço de tensão sociocultural, proposta por Candido (1995). Este relato busca, portanto, mais do que descrever uma realidade: propõe uma análise da escola como totalidade viva e historicamente situada. Reafirma também o estágio como momento fundamental, possibilitando uma aproximação crítica com as práticas escolares e como etapa significativa na formação docente.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

A metodologia adotada neste estudo seguiu uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. Conforme aponta Gil (1991), esse tipo de abordagem pode favorecer a aproximação com os fenômenos sociais e permitir uma apreensão mais ampla de suas múltiplas dimensões. Partindo dessa perspectiva, buscou-se compreender a implementação do Novo Ensino Médio e seus possíveis impactos na realidade educacional do Colégio Estadual Cidália Rebello Gomes. O percurso metodológico proporcionou uma aproximação gradual com o cotidiano escolar, permitindo levantar elementos importantes sobre suas estruturas físicas, organização pedagógica e relação com a comunidade do entorno. Os dados foram construídos a partir de três estratégias principais: observações participantes, entrevistas com sujeitos da comunidade escolar e análise de referenciais teóricos.

No Estágio Supervisionado I, foi realizada uma visita técnica que teve como foco a observação da estrutura física da escola, acessibilidade, recursos pedagógicos e a organização dos espaços internos. A visita também possibilitou observar o entorno comunitário e identificar aspectos socioespaciais que, de alguma forma, influenciam a dinâmica da escola. As visitas foram previamente agendadas e buscaram favorecer uma escuta atenta e um olhar sensível às práticas cotidianas da instituição. A atenção às condições estruturais e organizacionais foi fundamental para contextualizar o espaço educativo diante das transformações propostas pela reforma do Ensino Médio.

Durante o Estágio Supervisionado II, as atividades incluíram a realização de entrevistas com diferentes integrantes da comunidade escolar, como professores, estudantes, equipe pedagógica e membros da comunidade local. As entrevistas seguiram roteiros previamente elaborados, com perguntas que abordaram a implementação das novas diretrizes curriculares, as possíveis implicações da plataformização do ensino, a reorganização dos tempos e espaços escolares, bem como o engajamento dos sujeitos diante dessas mudanças. A partir dos relatos, procurou-se captar diferentes percepções e experiências sobre o Novo Ensino Médio, sem a pretensão de encerrar ou esgotar os sentidos atribuídos às vivências educacionais.

Além disso, foi realizada uma análise com base em referenciais que discutem criticamente as reformas educacionais, como os estudos de Silva (2017; 2018) que ofereceram subsídios para refletir sobre os efeitos potenciais das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas. A leitura da obra de Candido (1995) colaborou na compreensão da escola como um espaço cultural marcado por interações simbólicas, enquanto a perspectiva de

Bourdieu (1982) contribuiu para pensar a escola como um campo social permeado por disputas e representações diversas.

Essa proposta metodológica buscou construir um olhar atento e reflexivo sobre a escola, considerando suas particularidades e a complexidade de seus processos internos. Não se trata de apresentar conclusões, mas de reconhecer as múltiplas dimensões que atravessam o cotidiano escolar e que, de maneira situada, podem contribuir para o debate em torno das políticas públicas e da formação docente.

Todas as entrevistas foram realizadas com o consentimento verbal dos participantes, que foram informados sobre os objetivos da pesquisa e tiveram suas identidades preservadas por meio do anonimato. Não houve coleta ou divulgação de imagens, garantindo-se o respeito ao direito de imagem dos sujeitos envolvidos. Por se tratar de uma atividade vinculada ao estágio supervisionado, não foi necessário submeter o trabalho a um Comitê de Ética, estando de acordo com as orientações institucionais aplicadas a pesquisas formativas no âmbito da formação docente.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017, introduziu mudanças estruturais significativas no currículo escolar brasileiro, sustentadas pelo discurso da flexibilização e da modernização da educação. Entre suas principais diretrizes, destaca-se a criação dos itinerários formativos, que, sob o argumento de ampliar a autonomia e a liberdade de escolha dos estudantes, retiraram a obrigatoriedade de disciplinas como Sociologia e Filosofia. Essa medida tem sido alvo de críticas por comprometer a formação crítica e reflexiva dos sujeitos escolares, impactando diretamente a concepção de educação enquanto processo de formação integral (SILVA, 2018).

Os itinerários formativos preveem percursos de aprofundamento em áreas como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, além do ensino técnico e profissionalizante. Contudo, esse modelo apresenta contradições que merecem atenção. Em redes públicas com infraestrutura limitada, as possibilidades de escolha são reduzidas, e a oferta de itinerários passa a depender das condições logísticas e financeiras de cada instituição. Como aponta Silva (2018), essa descentralização aprofunda as desigualdades educacionais, uma vez que redes com menos recursos oferecem menos opções, comprometendo o direito à escolha real por parte dos estudantes.

Nesse sentido, a chamada flexibilização curricular, embora se apresente como ampliação da autonomia estudantil, reforça a função do currículo como mecanismo de reprodução das desigualdades sociais, conforme analisa Bourdieu (1982). Em contextos escolares precarizados, essa lógica contribui para o agravamento das disparidades sociais, operando como forma de exclusão simbólica e material. A exclusão das disciplinas humanísticas do núcleo obrigatório também gerou preocupações quanto à qualidade da formação dos estudantes e ao papel social da escola pública. Como observa Almeida (2022), a reforma atende aos interesses do mercado educacional, favorecendo “*a voracidade do mercado e os grupos em processo de crescimento, como a Kroton*” (p. 113), um dos maiores conglomerados privados da educação no país.

Essa perspectiva levanta questionamentos sobre quais os interesses que nortearam a formulação e a implementação da política, especialmente no que tange à democratização do acesso ao conhecimento. Para Almeida (2022), há uma tendência de transferir a responsabilidade pelos baixos indicadores educacionais aos docentes, ignorando o desfinanciamento crônico da escola pública. O autor afirma que “*o aluno não aprende porque a escola não ensina; portanto, a culpa pela falta de aprendizado é da escola – leia-se, do professor*” (p. 120), o que revela uma lógica meritocrática e punitiva. Tal modelo de responsabilização se expressa por meio de sistemas de avaliação e controle que priorizam resultados quantitativos, em detrimento de uma formação humanista, crítica e emancipadora.

Ainda segundo Silva (2018), a fragmentação do currículo promovida pela reforma compromete o acesso universal ao conhecimento sistematizado, contrariando os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). A autora argumenta que essa fragmentação “*nega aos estudantes o direito a uma formação básica completa e comum a todos*” (p. 2), afetando diretamente a equidade no acesso à educação. O “*fatiamento do currículo em áreas ou ênfases*”, segundo Silva (2017, p. 7), resulta na privação do acesso ao conhecimento e às formas de produção científica, política e estética, esvaziando o sentido formativo da escola pública. Para ela, esse modelo representa um retrocesso ao restringir a formação dos estudantes e limitar seu potencial crítico e cultural.

Outro aspecto relevante diz respeito à inadequação entre os itinerários formativos e a lógica do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), principal meio de acesso ao ensino superior. Embora a reforma promova uma formação mais personalizada, o ENEM continua exigindo conhecimentos generalistas de todas as disciplinas, o que coloca em desvantagem estudantes cujos itinerários não contemplaram determinados conteúdos. Silva (2018) reforça essa crítica ao afirmar que tal modelo “*impede a equidade no acesso ao ensino superior, uma*

*vez que restringe a formação de determinados grupos ao que foi oferecido pelas suas escolas” (p. 9).*

Conforme pode ser observado no decorrer dos estágios, a implementação da reforma no estado do Paraná ocorreu de forma acelerada e sem um diálogo efetivo com as comunidades escolares. Professores e equipes pedagógicas tiveram que se adaptar rapidamente às novas exigências curriculares, muitas vezes sem formação adequada ou recursos suficientes.

Nos últimos anos, o colégio passou por melhorias estruturais expressivas, tornando-se uma das escolas mais bem equipadas de Paranaguá. A modernização das instalações, resultado de investimentos públicos, representa um avanço importante. A estrutura física do Colégio chama atenção por sua ampla área, pela limpeza e estética agradável, contribuindo para uma sensação de bem-estar. Além disso, a construção da ponte que liga a ilha ao continente promete ampliar o acesso e facilitar a mobilidade dos estudantes, fortalecendo a integração entre a escola e a cidade.

Entretanto, persistem desafios estruturais. Apesar da existência de rampas e piso tátil direcional, estes não atendem a toda a escola; além disso, a falta de banheiros adequados para pessoas com deficiência reforça a necessidade de mais infraestrutura para buscar garantir a inclusão. Outro fator relevante é a limitação da oferta do Ensino Médio ao período noturno, que restringe as possibilidades educacionais de muitos jovens e compromete tanto a implementação de um currículo diversificado quanto o uso das novas tecnologias previstas pela reforma.

Conforme relato dos servidores, durante a pandemia de COVID-19, as aulas foram adaptadas para o formato remoto, utilizando plataformas como Google Classroom e Google Meet, além de trilhas de aprendizagem impressas. Em outubro de 2021, as aulas presenciais foram retomadas e, em 2022, o Colégio implementou o Novo Ensino Médio com disciplinas como Projeto de Vida, Pensamento Computacional e Educação Financeira. Em 2023, novos componentes foram incorporados, como Liderança e Ética, Oratória, Práticas Esportivas, Robótica I, Programação I, Biotecnologia, Mídias Digitais, Processos Criativos e Empreendedorismo.

Atualmente, a escola oferta quatro itinerários formativos: Área de Linguagens e suas Tecnologias, Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e Área de Matemática e suas Tecnologias (Projeto Político Pedagógico, 2023). Os estudantes escolhem suas áreas de interesse já no primeiro ano, podendo alterar

posteriormente. A adesão ao projeto de escola cívico-militar foi considerada, mas descartada, pois o Colégio atende principalmente ao público noturno, inviabilizando a proposta.

A implementação do Novo Ensino Médio revelou-se conflituosa. As dificuldades na oferta de itinerários, a sobrecarga de trabalho docente e a ausência de formação continuada adequada comprometeram sua efetivação. Como ressalta o Entrevistado 1: *“Tome, siga essa cartilha. A questão é que não sabemos de onde vem, qual pedagogia. O que parece é que o governador não quer que crie maneiras do estudante pensar.”* A crítica refere-se à padronização do material didático, que afeta a autonomia pedagógica e transforma o professor em executor de diretrizes descontextualizadas.

Esse distanciamento entre as diretrizes oficiais e a realidade escolar, aliado à falta de diálogo, compromete o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, o Entrevistado 1 também destaca a sobrecarga de trabalho e a falta de valorização docente: *“Para um bom ensino é preciso fixar o professor e remunerar. Como ser um bom professor sem um plano de carreira?”*

O Entrevistado 2 evidencia a relação entre índices de reprovação e financiamento: *“Você tem o índice de reprovação baixíssimo, porque se aumentar não vem verba de fora para cá.”* Tal perspectiva levanta questionamentos sobre a qualidade do ensino e sobre como políticas educacionais podem estar condicionadas a critérios financeiros. Ele também aponta uma desconexão com o ENEM: *“O ENEM permanece conteudista, mas é só lá. Aqui, a realidade é outra.”*

Por outro lado, o Entrevistado 3 propõe uma análise equilibrada, reconhecendo desafios e oportunidades da reforma: *“A contribuição do Novo Ensino Médio para os professores pode ser encarada de várias maneiras, principalmente por desafios e oportunidades: necessidade de atualização e capacitação, autonomia pedagógica e integração com novas tecnologias.”* Para que a implementação seja bem-sucedida, é essencial investir na formação contínua dos docentes e em infraestrutura tecnológica adequada.

O Entrevistado 4 aborda as consequências da plataformização da educação, sobretudo nos efeitos da exclusão digital: *“Ela desconsidera a realidade das escolas públicas, onde muitos alunos não têm acesso adequado à internet ou a dispositivos eletrônicos.”* Segundo ele, isso empobrece o ensino e compromete a construção coletiva do conhecimento. Ele também denuncia o esvaziamento de disciplinas fundamentais como Sociologia, diluídas em componentes genéricos, como “Projeto de Vida” ou “Liderança e Ética”. *“O aprendizado no Novo Ensino Médio se tornou mais fragmentado”*, completa, destacando que a proposta de personalização do ensino não se realiza plenamente na prática.

Conforme Silva (2017), o novo modelo curricular priva os estudantes do contato com os fundamentos da ciência, da política e da cultura, esvaziando o sentido formativo da escola pública. A ausência de planejamento participativo e de escuta ativa intensificou os conflitos em torno da reforma, especialmente no que se refere à precarização da formação docente e à fragilização do papel da escola como espaço de construção do conhecimento.

Dessa forma, a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ainda que apresentadas como políticas voltadas à modernização e à melhoria da qualidade educacional, suscitam debates pertinentes sobre a função social da escola, as desigualdades no acesso ao conhecimento e os riscos de um modelo que prioriza resultados e empregabilidade em detrimento de uma formação ampla, crítica e igualitária. As contribuições de autores como Almeida (2022), Silva (2017; 2018) e Bourdieu (1982) permitem compreender as múltiplas tensões envolvidas nesse processo e desafiam a naturalização das mudanças, indicando a importância de se construir uma política educacional que seja coletiva, democrática e comprometida com os princípios da justiça social.

## **CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A investigação apontou que a implementação do Novo Ensino Médio, longe de ser uma experiência homogênea, tem provocado efeitos diversos. Em algumas situações, percebe-se a fragmentação do currículo e o risco de restrição ao acesso ao conhecimento sistematizado, o que pode contribuir para o aprofundamento de desigualdades. Ao mesmo tempo, emergem práticas de resistência e reinvenção pedagógica, na tentativa de suprir as carências causadas pela execução do novo modelo, apoiadas na cultura local e no engajamento da comunidade, como atividades extracurriculares que procuram ressaltar a tradição e a história local.

A vivência nos Estágios Supervisionados permitiu uma imersão crítica na realidade de uma escola pública localizada em um território marcado por desigualdades socioeconômicas. O acompanhamento da trajetória do Colégio Estadual Cidália Rebello Gomes nos Estágios Supervisionados I e II proporcionou uma visão aprofundada sobre suas transformações institucionais e a relação com a comunidade local. Localizado na Ilha dos Valadares, o Colégio está inserido em um contexto de mudanças contínuas, como o aumento da demanda por matrículas e alterações administrativas. Tais transformações influenciam diretamente o cotidiano escolar, exigindo adaptações e planejamento para atender às

necessidades de uma população em constante movimento e em busca de melhores oportunidades educacionais.

A escola consolidou-se ao longo dos anos como um espaço de resistência e oportunidade educacional, desempenhando um papel central para a população local. A cultura caiçara, ainda fortemente presente, e a história de resistência da comunidade diante das dificuldades de acesso moldam a identidade escolar. Essas influências se refletem nas falas dos estudantes, que carregam em si o sentimento de união e o compromisso coletivo pelo desenvolvimento da escola. À medida que a comunidade escolar expande, destaca-se a importância de preservar suas tradições locais, garantindo que não se percam ao longo do tempo. O crescimento da demanda por matrículas reforça sua relevância na busca por melhores condições de vida e ascensão social.

A experiência evidencia que, embora haja investimentos pontuais em infraestrutura e tecnologia, permanecem desafios históricos que dificultam a consolidação de práticas pedagógicas contextualizadas. Contudo, assim como postulado por Bourdieu (1982), sendo a escola um espaço de contradições, ao mesmo tempo em que se busca impor um currículo que desconstrói identidades, o espaço também possibilita resistências. A articulação com a comunidade caiçara, os saberes construídos coletivamente e a valorização da cultura local constituem formas de enfrentamento às imposições externas. O engajamento e a resistência dos docentes, aliados ao incentivo ao protagonismo dos estudantes, indicam que, mesmo diante das adversidades, seria viável afirmar a existência de uma escola pública crítica, voltada para a formação integral dos seus estudantes.

Assim, a vivência no estágio reafirma a importância de uma formação docente articulada à realidade concreta, permitindo que o futuro professor compreenda a escola em sua complexidade histórica, política e social. Mais do que observador, o estagiário deve posicionar-se como sujeito ativo na construção de uma educação pública que resista aos projetos de mercantilização e reafirme a centralidade da escola como espaço de transformação social.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. D. Corporações, redes de ensino e capital aberto na bolsa de valores: o avanço do setor privado na educação nos últimos anos. **Revista Tópicos Educacionais**, v. 28, n. 1, p. 98-124, 2022.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. C.. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves (1982).

CANDIDO, A. O papel do estudo sociológico na escola da sociologia educacional. Anais, São Paulo, s.n., 1995.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 1991.

HALISKI, A. M; MENDES, E. T. Valadares: um estudo de caso sobre elementos da configuração social da ilha. **Divers@!**, v. 10, n. 2, p. 133-146, 2017.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações**. Curitiba, PR: SEED/PR, 2018.

PPP - **Projeto Político Pedagógico** (Regimento escolar) - Colégio Estadual Cidália Rebello Gomes, 2017.

SILVA, M. R. O Ensino Médio Reformado: perguntas e respostas, tensões e proposições. In: **FEIJÓ, G. V; SILVA, T.F. (Orgs.) Ensino e Pesquisa em História e Humanidades nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: desafios e perspectivas**. Brasília: IFB, 2017.

SILVA, M. R. O golpe no ensino médio em três atos que se completam. In: **AZEVEDO, J. C; REIS, J. T. (Orgs.) Políticas educacionais no Brasil pós-golpe**. Porto Alegre: IPA, 2018.